

Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro
CONCURSO PÚBLICO

ADVOGADO

Data: 11/03/2012

Duração: 4 horas e 30 minutos

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 60 (sessenta) questões da Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e as propostas de temas para a Prova Discursiva:

Português	Direito Constitucional	Direito do Consumidor	Direito Administrativo	Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Empresarial	Direito Financeiro e Direito Tributário	Discursiva
01 a 10	11 a 18	19 a 38	39 a 46	47 a 55	56 a 60	Temas

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	■	D	E
---	---	---	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 3 horas e trinta minutos de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

CONSUMISMO INFANTIL, UM PROBLEMA DE TODOS

Ninguém nasce consumista. O consumismo é uma ideologia, um hábito mental forjado que se tornou umas das características culturais mais marcantes da sociedade atual. Não importa o gênero, a faixa etária, a nacionalidade, a crença ou o poder aquisitivo. Hoje, todos que são impactados pelas mídias de massa são estimulados a consumir de modo inconsequente. As crianças, ainda em pleno desenvolvimento e, portanto, mais vulneráveis que os adultos, não ficam fora dessa lógica e infelizmente sofrem cada vez mais cedo com as graves consequências relacionadas aos excessos do consumismo: obesidade infantil, erotização precoce, consumo precoce de tabaco e álcool, estresse familiar, banalização da agressividade e violência, entre outras. Nesse sentido, o consumismo infantil é uma questão urgente, de extrema importância e interesse geral.

De pais e educadores a agentes do mercado global, todos voltam os olhares para a infância – os primeiros preocupados com o futuro das crianças, já os últimos fazem crer que estão preocupados apenas com a ganância de seus negócios. Para o mercado, antes de tudo, a criança é um consumidor em formação e uma poderosa influência nos processos de escolha de produtos ou serviços. As crianças brasileiras influenciam 80% das decisões de compra de uma família (TNS/InterScience, outubro de 2003). Carros, roupas, alimentos, eletrodomésticos, quase tudo dentro de casa tem por trás o palpite de uma criança, salvo decisões relacionadas a planos de seguro, combustível e produtos de limpeza. A publicidade na TV é a principal ferramenta do mercado para a persuasão do público infantil, que cada vez mais cedo é chamado a participar do universo adulto quando é diretamente exposto às complexidades das relações de consumo sem que esteja efetivamente pronto para isso.

As crianças são um alvo importante, não apenas porque escolhem o que seus pais compram e são tratadas como consumidores mirins, mas também porque impactadas desde muito jovens tendem a ser mais fiéis a marcas e ao próprio hábito consumista que lhes é praticamente imposto.

Nada, no meio publicitário, é deliberado sem um estudo detalhado. Em 2006, os investimentos publicitários destinados à categoria de produtos infantis foram de R\$ 209.700.000,00 (IBOPE Monitor, 2005x2006, categorias infantis). No entanto, a publicidade não se dirige às crianças apenas para vender produtos infantis. Elas são assediadas pelo mercado como eficientes promotoras de vendas de produtos direcionados também aos adultos. Em março de 2007, o IBOPE Mídia divulgou os dados de investimento publicitário no Brasil. Segundo o levantamento, esse mercado movimentou cerca de R\$ 39 bilhões em 2006. A televisão permanece a principal mídia utilizada pela publicidade. Ao cruzar essa informação com o fato de a criança brasileira passar em média quatro horas 50 minutos e 11 segundos por dia assistindo à programação televisiva (Painel Nacional de Televisores, IBOPE 2007) é possível imaginar o impacto da publicidade na infância. No entanto, apesar de toda essa força, a publicidade veiculada na televisão é apenas um dos fatores que contribuem para o consumismo infantil. A TNS, instituto de pesquisa que atua em mais de 70 países, divulgou dados em setembro de 2007 que evidenciaram outros fatores que influenciam as crianças brasileiras nas práticas de consumo. Elas sentem-se mais atraídas por produtos e serviços que sejam associados a personagens famosos, brindes, jogos e embalagens chamativas. A opinião dos amigos também foi identificada como uma forte influência.

Não é por acaso que o consumismo está relacionado à ideia de devorar, destruir e extinguir. Se agora, tragédias naturais, como queimadas, furacões, inundações gigantescas, enchentes e períodos prolongados de seca, são muito mais comuns e frequentes, foi porque a exploração irresponsável do meio ambiente prevaleceu ao longo de décadas.

Concentrar todos os esforços no consumo é contribuir, dia após dia, para o desequilíbrio global. O consumismo infantil, portanto, é um problema que não está ligado apenas à educação escolar e

doméstica. Embora a questão seja tratada quase sempre como algo relacionado à esfera familiar, crianças que aprendem a consumir de forma inconsequente e desenvolvem critérios e valores distorcidos são de fato um problema de ordem ética, econômica e social.

O Projeto Criança e Consumo [...] combate qualquer tipo de comunicação mercadológica dirigida às crianças por entender que os danos causados pela lógica insustentável do consumo irracional podem ser minorados e evitados, se efetivamente a infância for preservada em sua essência como o tempo indispensável e fundamental para a formação da cidadania. Indivíduos conscientes e responsáveis são a base de uma sociedade mais justa e fraterna, que tenha a qualidade de vida não apenas como um conceito a ser perseguido, mas uma prática a ser vivida.

<http://www.alana.org.br/CriancaConsumo/ConsumismoInfantil.aspx>

01. O texto pode ser considerado argumentativo principalmente porque:

- A) defende um ponto de vista
- B) apresenta a descrição de fatos
- C) recorre a elementos narrativos
- D) aparenta uma neutralidade objetiva
- E) resume as informações pertinentes

02. O exemplo do texto no qual se apresentam operadores argumentativos que somam razões para reforçar uma ideia principal presente na mesma frase é:

- A) “Hoje, todos que são impactados pelas mídias de massa são estimulados a consumir de modo inconsequente.”
- B) “Para o mercado, antes de tudo, a criança é um consumidor em formação e uma poderosa influência nos processos de escolha de produtos ou serviços.”
- C) “Carros, roupas, alimentos, eletrodomésticos, quase tudo dentro de casa tem por trás o palpite de uma criança, salvo decisões relacionadas a planos de seguro, combustível e produtos de limpeza.”
- D) “As crianças são um alvo importante, não apenas porque escolhem o que seus pais compram e são tratadas como consumidores mirins, mas também porque impactadas desde muito jovens tendem a ser mais fiéis a marcas e ao próprio hábito consumista que lhes é praticamente imposto.”
- E) “Embora a questão seja tratada quase sempre como algo relacionado à esfera familiar, crianças que aprendem a consumir de forma inconsequente e desenvolvem critérios e valores distorcidos são de fato um problema de ordem ética, econômica e social.”

03. A afirmação do texto que mais claramente reitera o tema sintetizado e anunciado pelo título é:

- A) “Ninguém nasce consumista.”
- B) “Nesse sentido, o consumismo infantil é uma questão urgente, de extrema importância e interesse geral.”
- C) “Nada, no meio publicitário, é deliberado sem um estudo detalhado.”
- D) “A opinião dos amigos também foi identificada como uma forte influência.”
- E) “Concentrar todos os esforços no consumo é contribuir, dia após dia, para o desequilíbrio global.”

04. O emprego de adjetivos pode expressar um julgamento que o autor do texto possui sobre determinado fato, ideia, pessoa etc. O adjetivo está assinalando claramente uma opinião ou juízo do autor no seguinte exemplo:

- A) “são estimulados a consumir de modo inconsequente.”
- B) “De pais e educadores a agentes do mercado global”
- C) “é chamado a participar do universo adulto”
- D) “os investimentos publicitários destinados à categoria de produtos infantis”
- E) “algo relacionado à esfera familiar”

05. As palavras “consumismo” e “consumista” são exemplos do seguinte tipo de derivação:

- A) prefixal
- B) sufixal
- C) regressiva
- D) parassintética
- E) reduplicativa

06. “todos que são impactados pelas mídias de massa”

O fragmento transcrito acima apresenta uma construção na voz passiva do verbo.

Outro exemplo de voz passiva encontra-se em:

- A) “As crianças brasileiras influenciam 80% das decisões de compra de uma família”
- B) “A publicidade na TV é a principal ferramenta do mercado para a persuasão do público infantil”
- C) “evidenciaram outros fatores que influenciam as crianças brasileiras nas práticas de consumo.”
- D) “Elas são assediadas pelo mercado”
- E) “valores distorcidos são de fato um problema de ordem ética”

07. Quanto à colocação pronominal, um fragmento do texto que exemplifica um caso de próclise obrigatória, de acordo com a norma culta da língua, está em:

- A) “Hoje, todos são estimulados a consumir de modo inconsequente.”
- B) “todos voltam os olhares para a infância”
- C) “a publicidade não se dirige às crianças”
- D) “esse mercado movimentou cerca de R\$ 39 bilhões”
- E) “Elas sentem-se mais atraídas por produtos e serviços”

08. A palavra do texto que teve sua grafia alterada pelo mais recente acordo ortográfico é:

- A) mídias
- B) álcool
- C) trás
- D) estresse
- E) ideia

09. O emprego da vírgula marca anteposição de termos, com alteração da ordem direta da frase, no seguinte exemplo do texto:

- A) “O consumismo é uma ideologia, um hábito mental forjado que se tornou umas das características culturais mais marcantes da sociedade atual.”
- B) “obesidade infantil, erotização precoce, consumo precoce de tabaco e álcool, estresse familiar, banalização da agressividade e violência, entre outras.”
- C) “Para o mercado, antes de tudo, a criança é um consumidor em formação”
- D) “A publicidade na TV é a principal ferramenta do mercado para a persuasão do público infantil, que cada vez mais cedo é chamado a participar do universo adulto”
- E) “salvo decisões relacionadas a planos de seguro, combustível e produtos de limpeza.”

10. O conectivo que estabelece relação de finalidade está em:

- A) “a nacionalidade, a crença ou o poder aquisitivo”
- B) “não ficam fora dessa lógica”
- C) “preocupados com o futuro”
- D) “apenas para vender produtos infantis”
- E) “infância for preservada em sua essência”

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Nos termos da Constituição Federal, os serviços públicos podem ser prestados diretamente pelo Estado ou através do regime de concessão ou permissão. Nesse caso, deve o Estado:

- A) escolher livremente o concessionário ou permissionário
- B) indicar para a concessão ou permissão pessoa com qualificação técnica.
- C) realizar sorteio entre os candidatos que se apresentarem
- D) promover procedimento licitatório formal.
- E) realizar audiências públicas para obtenção da melhor proposta.

12. Determinado magistrado está lotado na Comarca Y mas vem a sofrer processo disciplinar instaurado pelo Conselho Nacional de Justiça, que determina a sua remoção. Sobre tal hipótese é correto afirmar, com base nas normas constitucionais e na sua interpretação:

- A) Restou ferida a garantia constitucional da inamovibilidade que protege o magistrado.
- B) É situação excepcional que caracteriza punição disciplinar e permite a remoção do magistrado
- C) O Conselho Nacional de Justiça não tem competência para remover o magistrado.
- D) O enunciado indica que foi quebrada a garantia da irredutibilidade com o afastamento do magistrado da Comarca.
- E) Diante da proteção conferida pela vitaliciedade, o magistrado não poderia ser removido.

13. No bojo de denominada Reforma do Poder Judiciário, para agilização das decisões foi estabelecida a súmula com efeito vinculante. Sobre tal instituto é correto afirmar que:

- A) É inovação que pretende realizar o princípio do devido processo legal e passível de emissão por qualquer tribunal.
- B) Após reiteradas decisões sobre matéria legal, pode ser emitida pelo Superior Tribunal de Justiça
- C) É vinculante a todos os órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- D) Não vincula os órgãos do Poder Judiciário que poderão proferir decisões diversas, com base no princípio da independência funcional.
- E) Pode ser recusado o cumprimento pelos órgãos do Executivo Federal que não estão vinculados a esse padrão de decisão.

14. O magistrado Mévio, vinculado à Justiça do Trabalho, titular da Vara do Trabalho da Capital do Estado Y, é acusado de cometer um ilícito criminal. Pelos termos da Constituição Federal, o órgão competente para julgamento será:

- A) Tribunal Regional do Trabalho
- B) Tribunal de Justiça
- C) Tribunal Superior do Trabalho
- D) Tribunal Regional Federal
- E) Superior Tribunal de Justiça

15. Nos termos da Constituição Federal, os Mandados de Segurança impetrados contra atos dos Juízes Federais de Primeiro Grau serão apresentados:

- A) originariamente no Tribunal Regional Federal
- B) no próprio Juízo Federal de Primeiro Grau
- C) no âmbito do Superior Tribunal de Justiça
- D) na esfera do Supremo Tribunal Federal
- E) diretamente ao Conselho Nacional de Justiça

16. O Conselho Nacional do Ministério Público foi criado pela Reforma decorrente da Emenda Constitucional nº 45/2004. Caso haja alegação de que a criação do referido órgão ofende a Constituição, pode-se afirmar:

- A) Nos termos da moderna interpretação constitucional não existem normas constitucionais inconstitucionais.
- B) O procedimento de reforma constitucional através de emendas é legitimado pelo Constituinte originário e sofre apenas controle legislativo
- C) O processo de controle das Emendas Constitucionais é possível mediante ação direta de competência do Supremo Tribunal Federal.
- D) O controle da constitucionalidade das Emendas Constitucionais somente pode ocorrer no meio concreto por eventual prejudicado.
- E) As Emendas Constitucionais somente podem sofrer controle se violarem as cláusulas pétreas da Constituição.

17. Nos termos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, **não** se inclui no sistema de proteção ao consumidor a:

- A) responsabilidade das empresas comerciais pela garantia dos produtos que comercializam.
- B) responsabilização dos administradores de sistemas de consórcio pelo descumprimento dos prazos de entrega das mercadorias adquiridas por seu intermédio.
- C) obrigatoriedade de informação na embalagem, em linguagem compreensível pelo consumidor, sobre a composição do produto, a data da sua fabricação e o prazo de sua validade.
- D) determinação para que os consumidores sejam esclarecidos acerca do preço máximo de venda e do montante do imposto a que estão sujeitas as mercadorias comercializadas.
- E) assistência jurídica integral e gratuita ao consumidor, prestada pelos municípios no âmbito dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, obrigatórios nas cidades com mais de duzentos mil habitantes.

18. Determinado Bacharel em Direito, desejando ingressar nos quadros da OAB sem prestar o Exame de Ordem, aduz que possui direito líquido e certo tendo em vista que a Constituição protege a liberdade de trabalhar e o exercício de profissão. Observados os fundamentos em tese expostos, o meio para veicular sua pretensão será através de:

- A) Mandado de Injunção
- B) Habeas Corpus
- C) Habeas Data
- D) Mandado de Segurança
- E) Ação Popular

DIREITO DO CONSUMIDOR

19. Duas empresas do ramo de importação/exportação realizam contrato com cláusulas-padrão para o setor específico de produção e comercialização. Houve discussão quanto a outras cláusulas do contrato. Ambas possuem estrutura econômica similar. Para efeito das relações de consumo, é correto afirmar:

- A) a existência de contratos com cláusulas-padrão, uniformizadas, tem o condão de caracterizar o vínculo como inerente às relações de consumo.
- B) a equivalência das empresas, com similar poderio econômico, caracterizam a relação como civil ou empresarial, remetendo o contrato para as regras gerais.
- C) a discussão de cláusulas não estandarizadas remete à relação para o vínculo com o Código de Defesa do Consumidor.
- D) a relação de consumo pode ser estabelecida entre duas empresas como no caso, apesar da estrutura econômica similar.
- E) o contrato vinculado às relações de consumo é necessariamente estabelecido com cláusulas estandarizadas.

20. Mévio, correntista do Banco W, pretende ter acesso a extratos bancários de conta já extinta para postular direitos reconhecidos pela jurisprudência dos tribunais. O Banco W responde que necessita de prazo e pagamento pelo serviço prestado pois o requerente não mais é seu correntista e a tarifa é autorizada pelo Banco Central. Diante desses fatos, é correto afirmar:

- A) as informações ao consumidor pela instituição financeira não podem onerá-lo por força dos efeitos do Código de Defesa do Consumidor.
- B) a instituição financeira não está submetida ao Código de Defesa do Consumidor, mas a normas regulamentares do Banco Central
- C) após o fechamento da conta-corrente o contrato de depósito foi extinto e as informações somente devem ser prestadas mediante remuneração.
- D) com autorização do Banco Central, o correntista poderá ter acesso aos seus extratos diante da não incidência do Código de Defesa do Consumidor aos Bancos.
- E) é necessário o requerimento à instituição financeira como requisito para eventual busca de proteção individual ao consumidor.

21. Caio é procurado por vendedora da empresa Abaulada S/A, que comercializa os seus produtos de porta em porta. Após adquirir um dos produtos da citada empresa, o adquirente se arrepende e pretende desistir do negócio. Nesse caso, à luz das regras do Código de Defesa do Consumidor, o prazo para a desistência é de:

- A) um dia
- B) trinta dias
- C) cinco dias
- D) sete dias
- E) dez dias

22. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, a garantia contratual é complementar à legal, devendo ser realizada observados determinados atos quanto ao termo de garantia que deve, **exceto**:

- A) ser padronizado
- B) esclarecer, de maneira adequada, em que consiste a mesma garantia.
- C) esclarecer o prazo do seu exercício
- D) indicar o lugar em que pode ser exercitada
- E) excluir produtos não adquiridos no Brasil.

23. Esculápio estaciona o seu automóvel onde é cobrado preço por hora de permanência no local. Recebe comprovante de entrega do veículo ao manobrista, no qual está escrito que a empresa administradora do estacionamento não se responsabiliza por danos causados ao mesmo. Caso existam os danos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, será considerado o escrito como cláusula:

- A) não escrita
- B) perigosa
- C) abusiva
- D) perfeita
- E) exequível

24. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, determinadas cláusulas são consideradas nulas de pleno direito. Dentre elas, **não** se inclui as que:

- A) estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor
- B) determinem a utilização voluntária de arbitragem
- C) imponham representante para concluir outro negócio jurídico pelo consumidor
- D) deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor
- E) permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral

25. Esculápio pretende obter financiamento da instituição financeira W, sendo-lhe apresentado contrato padrão onde consta o valor do crédito em dólares americanos que serão convertidos na época do pagamento em moeda nacional corrente. Não há referência ao critério de cobrança de juros de mora. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- A) os valores do financiamento podem ser expressos em qualquer moeda, desde que o pagamento seja realizado em moeda nacional.
- B) caso o consumidor queira o contrato poderá indicar, alternativamente, os valores em moeda corrente nacional ou moeda estrangeira.
- C) o consumidor poderá optar pela inclusão dos valores em moeda estrangeira com pagamento em moeda estrangeira.
- D) os juros de mora são variáveis no curso do tempo do contrato e não necessitam estar especificados.
- E) a especificação dos juros de mora e do valor em moeda estrangeira são informações adequadas que vêm a ser fornecidas ao consumidor.

26. Diversos precedentes jurisprudenciais consideraram que as empresas que exploram planos de saúde não podem excluir coberturas quanto a doenças não previstas no contrato originário. Nesse caso, haveria violação ao preceito que estipula a proibição de cláusula que:

- A) subtraia ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga.
- B) transfira responsabilidades a terceiros
- C) estabeleçam obrigações consideradas incompatíveis com a boa-fé ou a equidade
- D) estabeleça inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor
- E) permita ao fornecedor indiretamente variação do preço de maneira unilateral

27. Caio realizou contrato de compra e venda de imóvel com pagamento de prestações durante determinado período. No contrato, constou cláusula de perda do pagamento dos valores já pagos em razão de futuro inadimplemento. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- A) a referida cláusula é nula de pleno direito
- B) é cláusula padrão nos contratos imobiliários, ato jurídico perfeito
- C) pode ser adotada como substitutiva da cláusula penal
- D) sendo o caso de sanção, poderá o consumidor ser penalizado dessa forma
- E) é caso onde se aplica a arbitragem compulsória

28. Com o intuito de facilitar a compreensão do consumidor quanto aos contratos de adesão, o Código de Defesa do Consumidor estipula a utilização de caracteres com tamanho de fonte que:

- A) nunca será inferior a doze
- B) deve ser superior a quinze
- C) poderá ser inferior a dez
- D) deve ser equivalente a quatorze
- E) não será inferior a nove

29. Dentre as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, **não** se inclui:

- A) revogação de concessão de uso
- B) cassação de licença do estabelecimento
- C) interdição parcial de obra
- D) intervenção administrativa
- E) divulgação de direito de resposta

30. Quanto à multa prevista no Código de Defesa do Consumidor aplicada pelo PROCON/RJ, é correto afirmar, em relação à sua destinação, que o valor será revertido ao:

- A) órgão que aplicar a sanção
- B) Fundo de Defesa de Direitos Difusos da União
- C) Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor
- D) Fundo Municipal de Proteção ao Consumidor
- E) consumidor lesado

31. A penalidade de cassação de alvará de licença será aplicada quando o fornecedor atuar na prática de infrações de maior gravidade previstas no Código de Defesa do Consumidor e na legislação de consumo. Nesse caso, revela-se correto afirmar:

- A) A reincidência somente caracteriza-se pela condenação em três infrações administrativas.
- B) Independentemente de decisão judicial sobre a infração, o fornecedor já pode ser considerado reincidente
- C) A reincidência somente poderá ser considerada havendo processo judicial após o seu trânsito em julgado
- D) Desnecessária a reincidência para ancorar a penalidade de cassação de alvará de licença.
- E) A reincidência somente ocorre quando o fornecedor for condenado judicialmente em pelo menos três processos.

32. No caso de sanção administrativa pela prática de propaganda enganosa, a punição adequada, nos termos do Código de Defesa do Consumidor será:

- A) resposta
- B) comunicação
- C) panfleto
- D) nota
- E) contrapropaganda

33. No âmbito dos crimes que podem surgir nas relações de consumo, existe um sistema de penalizações. Além da pena privativa de liberdade, pode ser aplicada ao infrator a pena de:

- A) interdição temporária de direitos.
- B) perda de direitos políticos
- C) extinção da nacionalidade
- D) expulsão do território nacional
- E) prestação de serviços ao consumidor

34. O valor da fiança prevista nas infrações tipificadas no Código de Defesa do Consumidor poderá ser reduzido se assim recomendar a situação econômica do indiciado em até:

- A) metade do seu valor mínimo
- B) um quarto do seu valor mínimo
- C) um quinto do seu valor mínimo
- D) um décimo do seu valor mínimo
- E) um vigésimo do seu valor mínimo

35. Para a defesa dos direitos dos consumidores são legitimados concorrentes, **exceto**:

- A) União
- B) Estados
- C) Municípios
- D) Distrito Federal
- E) Confederação Sindical

36. Deferida a tutela protetiva a direito do consumidor e sendo sua execução impossível, nos termos do Código de Defesa do Consumidor deverá:

- A) ser proferida sentença de extinção por impossibilidade jurídica.
- B) ocorrer a fixação de multa pelo descumprimento
- C) ocorrer a conversão da obrigação em perdas e danos
- D) determinar sanção administrativa de restrição de direitos
- E) fixar pena alternativa de prestação de serviços.

37. Nas ações coletivas de defesa do consumidor, a condenação em honorários advocatícios decorre de:

- A) sucumbência do autor, em qualquer situação
- B) comprovada má-fé do autor quando associação
- C) boa-fé processual do fornecedor réu
- D) quando o réu for concessionário de serviço público
- E) em casos de sujeição passiva da Fazenda Pública

38. No âmbito dos contratos vinculados às relações de consumo, é correto afirmar que um dos princípios regentes é:

- A) imodificabilidade do contrato
- B) estabelecimento de relações continuativas
- C) boa-fé objetiva
- D) equiparação da proposta à oferta
- E) vinculação do consumidor a todas as cláusulas

DIREITO ADMINISTRATIVO

39. A Administração Pública atua mediante a aplicação de princípios, dos quais alguns têm fundamento constitucional expresso. Se escolhe a empresa W diretamente para prestar serviços quando deveria proceder a licitação pública, o prefeito do Município Y está violando o princípio da:

- A) Publicidade
- B) Eficiência
- C) Impessoalidade
- D) Autotutela
- E) Continuidade

40. A Administração Pública organiza-se de forma escalonada. Quando determinado órgão detém a possibilidade de avocação de processos administrativos, encontra-se diante do poder:

- A) eficiente
- B) moralizador
- C) hierárquico
- D) razoável
- E) regulamentar

41. Agente do Estado W realiza fiscalização que redundava em penalidades administrativas para a empresa Tecu e tal Ltda. Posteriormente, verifica-se que os atos administrativos não tinham fundamento legal e que decorreram de animosidade pessoal com o proprietário do estabelecimento em virtude de conflito amoroso. Diante dessa situação emerge a responsabilidade:

- A) subjetiva do agente e objetiva do Estado W
- B) subjetiva do agente e imunidade do Estado W
- C) objetiva do Estado W e objetiva do agente
- D) subjetiva do Estado W e imunidade do agente
- E) subjetiva do agente e subjetiva do Estado W

42. O prefeito do Município WW é condenado por infração à lei que rege os atos de improbidade administrativa, ainda no exercício do mandato, por receber valores pecuniários a título de comissão em razão do exercício do mandato. Nos termos da legislação de regência, são consequências possíveis da sentença condenatória pela prática de atos de improbidade:

- A) perda de bens adquiridos ilicitamente, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por cinco anos
- B) pagamento de multa civil até três vezes o acréscimo obtido, proibição de contratar com o Poder Público, suspensão dos direitos políticos por oito anos
- C) perda dos valores adquiridos ilicitamente, proibição de contratar com o município WW, suspensão dos direitos políticos por seis anos
- D) proibição de receber benefícios fiscais pelo prazo de dez anos, pagamento de multa civil sobre o valor ilicitamente adquirido definido caso a caso, suspensão dos direitos políticos por quatro anos
- E) vedação de perceber benefícios creditícios pelo prazo de cinco anos, perda dos bens adquiridos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por três anos

43. Determinada lei estadual organiza a carreira de engenheiro, estabelecendo níveis diferenciados a partir do ingresso na referida carreira. Além disso, a legislação prevê a criação de cargos de confiança que devem ser ocupados, preferencialmente, por integrantes da carreira. Tendo sido nomeado o engenheiro Esculápio para exercer a função de Chefia do Departamento de Logística da Secretaria de Obras, o que ocorreu por longos anos, vem o mesmo, de surpresa, a ser exonerado por ato do novo Secretário, em função de critérios políticos. Sobre os cargos e funções de confiança, é possível afirmar:

- A) são acessíveis mediante concurso público de provas e títulos
- B) devem ser ocupados mediante processo seletivo público
- C) são indicados para pessoas com qualificação técnica.
- D) são de livre nomeação e exoneração a critério da administração
- E) compõem carreiras técnicas especiais da administração

44. Por força da legislação estadual, os pais adotivos têm direito a licença maternidade e paternidade. No Estado do Rio de Janeiro, consoante o Estatuto dos Servidores, o período de licença maternidade corresponde a:

- A) três meses
- B) quatro meses
- C) cinco meses
- D) seis meses
- E) doze meses

45. Nos termos da lei federal que regulamenta os contratos administrativos, revela-se correto afirmar, quanto aos contratos de obras:

- A) O projeto executivo deve ser apresentado pelo vencedor no certame licitatório.
- B) Havendo etapas na obra, o particular poderá continuar empreendendo sem necessidade de autorização da Administração.
- C) O orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários deve ser apresentado após o resultado da licitação.
- D) Não há necessidade de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso.
- E) É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem.

46. Nos termos da lei geral de licitações, a alternativa que não se considera serviço técnico profissional especializado é:

- A) assessorias ou consultorias técnicas
- B) fiscalização de obras
- C) patrocínio de causas judiciais
- D) treinamento de pessoal
- E) serviços de limpeza

DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL

47. No Direito Civil, podem ser classificadas as obrigações sob ótica diversa. Assim, quanto ao modo de execução, elas podem ser consideradas:

- A) de meio
- B) instantânea
- C) condicional
- D) cumulativa
- E) modal

48. No moderno Direito Civil, devem ser aplicados os novos princípios que podem ser extraídos do atual Código Civil editado em 2002. Assim, deve ser considerado o princípio da:

- A) autonomia da vontade
- B) prevalência do credor
- C) solidariedade
- D) complexidade
- E) ofensibilidade

49. Mévio contrata com Caio o empréstimo de um valor correspondente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que poderá ser pago em moeda nacional corrente ou através da transferência de um bem, do mesmo valor, à escolha do devedor. Nesse caso, estamos diante da seguinte obrigação:

- A) alternativa
- B) condicional
- C) cumulativa
- D) simples
- E) instantânea

50. Mévio, domiciliado na Comarca Y, propõe ação reivindicatória, fundamentado na propriedade de imóvel situado no município Y pertencente à Comarca Y, em face de Esculápio, domiciliado na Comarca W. Em termos de competência relacionada ao processo surgido, é correto afirmar:

- A) trata-se de competência relativa do foro da Comarca Y.
- B) aplica-se a regra geral de que a ação deve ser proposta no foro do domicílio do réu.
- C) é competência absoluta do foro da comarca y pela disputa pertinente a direito real imobiliário.
- D) é caso de foros concorrentes entre o da situação da coisa e o do domicílio do réu
- E) aplica-se a regra de proteção de distribuição no foro do domicílio do autor.

51. Mévio propôs ação com pedido condenatório em face do Município W. Após decorrido o prazo de resposta, a mesma não foi carreada aos autos. Diante disso, o autor requereu a declaração de revelia do réu. Nesse caso, é correto afirmar:

- A) são presumidos verdadeiros os fatos articulados pelo autor na peça exordial
- B) efeito da revelia atinge os fatos e o direito fundador da ação
- C) é caso de situação que caracteriza a incidência de direitos indisponíveis
- D) a Fazenda Pública pode apresentar a contestação a qualquer tempo
- E) a presunção que surge da revelia é absoluta, não admitindo impugnação

52. Esculápio propõe ação de Mandado de Segurança indicando como autoridade coatora o Presidente do Banco Central, sendo a mesma distribuída ao Juízo Federal competente. Após os trâmites processuais, houve a prolação de sentença, julgando improcedente o pedido. Contra tal ato o autor apresentou agravo de instrumento. Assim, revela-se correto afirmar:

- A) o recurso não deve ser conhecido pois cabível a apelação
- B) o recurso cabível no caso é o agravo retido nos autos
- C) diante do ato judicial praticado caberia recurso ordinário constitucional
- D) o recurso cabível seria o Recurso Extraordinário
- E) caberia a apresentação de Recurso Inominado

53. A Duplicata sem aceite, para gozar da qualidade de título executivo extrajudicial, deve, além dos requisitos formais, preencher o seguinte requisito:

- A) obter registro no Ofício Imobiliário
- B) ser levada a Registro de Protesto
- C) ser registrada na Junta Comercial
- D) obter autorização do devedor
- E) vir acompanhada de declaração do Banco

54. Caio, Mévio e Esculápio resolvem estabelecer uma sociedade e decidem que todos devem contribuir com valores para a constituição do capital, mas somente Caio e Mévio receberão os lucros decorrentes da atividade empresarial. Nesse sentido, pode-se afirmar que essa sociedade pode ser considerada:

- A) pasargada
- B) girafa
- C) leonina
- D) venenosa
- E) adequada

55. A sociedade anônima W, de capital fechado, pretende lançar ações no mercado bursátil aberto. No sistema jurídico brasileiro, ela deve obter autorização ao seguinte órgão:

- A) Superintendência de Seguros Privados
- B) Instituto de Resseguros do Brasil
- C) Banco do Brasil
- D) Comissão de Valores Mobiliários
- E) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

DIREITO FINANCEIRO E DIREITO TRIBUTÁRIO

56. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, várias operações entre o Banco Central e entes da federação não são possíveis. Dentre as abaixo indicadas, a operação permitida ao Banco Central do Brasil é:

- A) captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido
- B) recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto
- C) assunção direta de compromisso com fornecedor de bens mediante emissão de título de crédito
- D) compra diretamente de títulos emitidos pela União para refinar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira
- E) assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços

57. Nos termos do Código Tributário Nacional, das opções seguintes, **não** é considerada fundamento para a extinção do crédito tributário:

- A) pagamento
- B) remissão
- C) liminar
- D) transação
- E) prescrição

58. Mévio reside no Município W há longos anos e apresenta requerimento para parcelar tributo de competência estadual. Eventualmente, realiza serviços no Município Y. Seus filhos residem no Município K. No requerimento formulado ao Estado NN, não indicou o seu domicílio tributário, sendo a sede da Receita Estadual o Município Z. Por decisão administrativa, foi fixado como domicílio tributário o Município X. Consoante as regras do Código Tributário Nacional, nesse caso, o domicílio tributário de Mévio será o:

- A) município W
- B) município Y
- C) município Z
- D) município K
- E) município X

59. Em casos de tributos incidentes sobre a propriedade imobiliária, havendo a arrematação do mesmo, nos termos do Código Tributário Nacional, a responsabilidade por sucessão ocorrerá na sub-rogação do:

- A) vendedor
- B) arrematante
- C) preço
- D) tributo
- E) herdeiro

60. As certidões negativas que comprovam a regularidade tributária dos contribuintes são essenciais para a contratação com o Poder Público. Assim, existem situações em que existe dívida tributária mas ocorre a possibilidade de expedição de certidão positiva com efeito de negativa. Das situações abaixo, a que **não** permite tal expedição é:

- A) medida liminar em Mandado de Segurança
- B) depósito integral do valor do tributo
- C) penhora em execução fiscal
- D) recurso administrativo com efeito suspensivo
- E) ação cautelar sem medida liminar

PROVA DISCURSIVA

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

Produza um texto, utilizando o mínimo de 30 (trinta) linhas e o máximo de 40 (quarenta) linhas, que atenda a uma das 2 (duas) propostas apresentadas a seguir, de sua livre escolha.

Tema 1

Agente administrativo do PROCON realizando diligências em empresa que comercializa produtos têxteis verifica que vários lotes de produtos não são adequadamente identificados quanto à origem, natureza, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem. Após identificar o responsável pela empresa, lavra auto de infração cominando multa correspondente a R\$ 1.000,00. Posteriormente a empresa julgando-se injustiçada apresenta ação pelo procedimento ordinário com pedido de liminar, que restou deferida. Instado a proferir parecer sobre os temas envolvidos, analise as questões pertinentes, observando a legislação de consumo e a processual aplicáveis..

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Natureza e atribuições do PROCON-RJ	0 a 15
B- Direito Básico	0 a 10
C- Aspectos processuais	0 a 5
D- Clareza, coesão e coerência	0 a 5
E- Correção gramatical	0 a 5

Tema 2

O Ministério Público propôs ação civil coletiva para defender grupo de consumidores lesados por empresa do ramo automotivo, sediada em São Paulo, com concessionários em todo o Brasil, por vícios não reconhecidos em milhares de automóveis com risco para a integridade física dos adquirentes. Houve liminar deferida, que restou suspensa por meio do recurso cabível. Após o trâmite normal, foi prolatada sentença julgando procedente o pedido, determinando os consertos sem custos para os adquirentes, condenando a ré em danos materiais e morais, fixados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada adquirente. Houve recurso improvido e a sentença transitou em julgado. Diante da narrativa, houve consulta ao Departamento Jurídico do PROCON-RJ para avaliar, dentre outros aspectos, a extensão do ato aos consumidores do Rio de Janeiro, os aspectos processuais, bem como os danos ocorridos.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Natureza da ação proposta	0 a 15
B- Danos ao consumidor	0 a 10
C- Aspectos processuais	0 a 5
D- Clareza, coesão e coerência	0 a 5
E- Correção gramatical	0 a 5

10

20

RASCUNHO

RASCUNHO

30

40